



Sindesv-DF alerta: Novo golpe na praça com patrocínio patronal



Um grupo de aventureiros, patrocinado por alguns patrões, está chamando para um ato no dia 02/08 para protestar contra a redução de postos de trabalho. Para isso, estão vendendo uma camiseta por R\$ 25,00, com depósito em conta bancária e posteriormente a entrega da camiseta. Além disso, fazem um cadastro onde pedem todos os dados dos vigilantes,

certamente para pressioná-lo depois para votar em candidato patronal nas próximas eleições.

Cuidado, já tivemos aventureiros fazendo coisas parecidas e o que aconteceu foi que vários vigilantes foram parar no Serasa.

Esses aventureiros, que nunca participam de nada, furam greve, atuam tentando desmobilizar a categoria em campanhas salariais, agora se

aproveitam da morte de um pai de família para fazer politicagem, com coordenação de patrão. O mesmo patrão que se nega em atender as nossas reivindicações, que sonega direitos e atrasa salários.

O Sindicato dos Vigilantes do DF está acompanhando a investigação, comparecendo à Delegacia do Núcleo Bandeirante e dando total assistência à família do vigilante Carlos Carvalho Pereira, de 51 anos, assassinado na madrugada do dia 21/07 no Ginásio de Múltiplas Funções da QROA, na Candangolândia.

O ato dos aventureiros é hipocrisia

É hipocrisia porque o Sindicato fez atos em frente ao Palácio do Buriti, contra a redução de postos de serviço, e os aventureiros não estavam lá.

Também fizemos ato em protesto à morte do vigilante de eventos, e nenhum desses aventureiros compareceu.

Quem não se lembra do discurso desses aventureiros que, no começo da nossa campanha salarial, se colocaram contra qualquer reajuste de salário, depois mudaram de opinião, porque

pegou mal.

Nas paralisações que realizamos quando de atraso de salário, esses aventureiros sequer têm coragem de parar por um dia, pelo menos.

Eles dizem que vão fazer o maior ato da história de Brasília. Esse grande ato já aconteceu durante a nossa luta pelos 30% do Adicional de Risco de Vida, com a participação de vigilantes de todo o Brasil. Só não vimos os aventureiros lá.

A luta por mais segurança nos postos e para que todos trabalhem armados e em dupla foi falado em vídeo e texto pelo deputado Chico Vigilante com o apoio deste Sindicato. Mas é muito lógico isso. Eles não param porque não querem desagradar a quem eles servem, ou seja, alguns patrões.

Fica aqui o nosso alerta. Cuidado para quem você fornece os seus dados. Tem muita gente na praça aplicando golpes.

Fonte: Sindesv-DF



Centrais querem ‘MP unitária’ para contrapor a lei trabalhista

Desconfiados do governo, sindicalistas planejam elaborar texto de comum acordo para mexer em itens da lei recentemente sancionada por Temer



Nesta segunda-feira (24) foi realizada a primeira discussão conjunta depois da sanção da lei por Temer, 11 dias atrás

Em pouco mais de três horas de reunião, na tarde desta segunda-feira (24), dirigentes de cinco centrais sindicais (CSB, CTB, Força Sindical, Nova Central e UGT) expuseram sua desconfiança em relação ao governo Temer e decidiram preparar um texto que sirva de base para uma medida provisória para alterar itens da Lei 13.467, de “reforma” trabalhista, recentemente sancionada pelo presidente. A CUT não estava presente, mas deve participar

da elaboração da proposta.

Foi a primeira discussão conjunta depois da sanção da lei – na semana passada, três das seis centrais formalmente reconhecidas estiveram com Michel Temer para discutir o assunto. Nesta segunda, surgiram dúvidas se o governo realmente pretende elaborar uma MP para “compensar” pontos da lei. Essa foi a argumentação repetida por representantes do Planalto durante a tramitação do projeto

no Senado. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), reafirmava a cada sessão que o governo se comprometeria com uma MP, desde que a Casa aprovasse o texto sem alterações, para evitar um retorno do projeto à Câmara. Ele chegou a apresentar uma “carta-compromisso” do presidente.

“O presidente não garantiu nada”, disse um dirigente ao sair da reunião de hoje, na sede da Força, na região central de São Paulo, referindo-se ao encontro com Temer na semana passada. “Temos dúvida se ele está realmente bem intencionado”, comentou outro. Houve divergência sobre o processo de negociação com o Executivo. O consenso é que a nova lei, chamada ironicamente por alguns de “deforma trabalhista”, prejudica os trabalhadores e suas representações. As novas regras entram em vigor em 120 dias. Além da MP, alguns dirigentes avaliam possíveis questionamentos jurídicos.

Uma minuta de discussão com o governo inclui temas como trabalho intermitente, representação no local de trabalho, presença de gestantes e lactantes em locais insalubres e fontes de financiamento da atividade sindical.

Alguns identificam limites nas possibilidades de atuação do Ministério do Trabalho, principal interlocutor, neste momento, com uma parcela das centrais. Os dirigentes pretendem procurar a Casa Civil, além de líderes partidários.

“Nossa ideia é alinhar propostas de unidade”, afirmou o secretário-geral da Força, João Carlos Gonçalves, o Juruna. “Abrimos uma agenda para construir um MP unitária”, acrescentou. Para ele, não há propostas diferenciadas entre as centrais, mas “posicionamentos diferentes diante do momento político”. O dirigente avalia que as entidades “estão tendo maturidade para focar no interesse dos trabalhadores”.

“Queremos unidade. Unidade é construir tudo junto, desde o começo”, assinalou o presidente da CSB, Antonio Neto, para quem a lei traz “profundo prejuízo” para os trabalhadores. “Tem coisas que descumprem convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que nós somos signatários.”

Fonte: Rede Brasil Atual



Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF